

N.F. Nº - 281077.0019/20-9
NOTIFICADO - ANDRADE ARGOLO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.
NOTIFICANTE - ANDREA FALCÃO PEIXOTO
ORIGEM - DAT NORTE / INFRAZ RECÔNCAVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 05/12/2022

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0230-02/22NF-VD

EMENTA: **ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS.** Contribuinte comprovou que parte dos produtos comercializados constam no Anexo 1 do RICMS/BA e estão enquadrados na ST, tendo encerrado sua fase de tributação do ICMS. Outros produtos gozam da isenção do ICMS conforme art. 265, I, a do decreto 13.780/12. Refeito os cálculos do valor do ICMS cobrado. Infração subsistente em parte. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**, Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 31/08/2020, para exigir crédito tributário no valor histórico de R\$ 7.830,76, mais acréscimo moratório no valor de R\$ 870,93, e multa de 60% no valor de R\$ 4.698,45, perfazendo um total de R\$ 13.400,14, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 02.01.03: Deixou de recolher o ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas. Demonstrativo: Falta de Recolhimento de ICMS – Mercadoria tributada como não tributada.

Enquadramento Legal: Art. 2º, inciso I e art. 32 da Lei 7.014/96 C/C art.332, inciso I do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: Art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei 7.014/96.

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 07/22, falando inicialmente da sua tempestividade e fazendo um breve relato da autuação.

Inicia sua defesa dizendo que se insurge contra algumas cobranças que no seu entender estão equivocadas, entende que a autoridade fiscal autuante partiu de uma premissa errada, não levando em consideração as alterações ocorridas na legislação, bem como o início da vigência de tais alterações ocorridas na legislação, observa que não foram considerados também alguns pareceres da Gerência de Consulta e Orientação Tributária da SAT. Como quadro ilustrativo apresenta uma relação de produtos que devem ser excluídos porque estão nessa situação como “pipoca com sal”; “pipoca doce”; “magrela amendoim”; “ice slavya”, que só foram excluído do Anexo 1 a partir de 01/01/2019.

Entende que de acordo o que fora demonstrado, agiu de acordo com a legislação não sendo possível conceber essa imputação na sua totalidade e pede que as informações apresentadas sejam consideradas na construção da informação fiscal e o demonstrativo de débito seja refeito. Reconhece que parte dos produtos estavam realmente com a tributação errada, concluindo pela subsistência parcial da Notificação Fiscal, conforme demonstrativo abaixo:

Demonstrativo de Débito

| Nº | Ocorrência | Vencimento | Aliq.(%) | Base Cálculo | Débito |
|-------|------------|------------|----------|--------------|--------------|
| 1 | 31/01/2018 | 09/02/2018 | 18 | R\$ 1.593,13 | R\$ 286,76 |
| 2 | 28/02/2018 | 09/03/2018 | 18 | R\$ 4.955,97 | R\$ 892,07 |
| 3 | 31/03/2018 | 09/04/2018 | 18 | R\$ 4.716,66 | R\$ 849,00 |
| 4 | 30/04/2018 | 09/05/2018 | 18 | R\$ 2.722,77 | R\$ 490,10 |
| 5 | 31/05/2018 | 09/06/2018 | 18 | R\$ 1.921,82 | R\$ 345,93 |
| 6 | 30/06/2018 | 09/07/2018 | 18 | R\$ 807,40 | R\$ 145,33 |
| 7 | 31/07/2018 | 09/08/2018 | 18 | R\$ 335,55 | R\$ 60,40 |
| 8 | 31/08/2018 | 09/09/2018 | 18 | R\$ 544,51 | R\$ 98,01 |
| 9 | 30/09/2018 | 09/10/2018 | 18 | R\$ 322,86 | R\$ 58,11 |
| 10 | 31/10/2018 | 09/11/2018 | 18 | R\$ 324,35 | R\$ 58,38 |
| 11 | 30/11/2018 | 09/12/2018 | 18 | R\$ 247,11 | R\$ 44,48 |
| 12 | 31/12/2018 | 09/01/2019 | 18 | R\$ 1.267,11 | R\$ 228,08 |
| Total | | | | | R\$ 3.556,65 |

Esperando que o valor reconhecido seja confirmado pela autoridade fiscal autuante, os valores já recolhidos ao erário pelo Contribuinte, estamos apensando a peça do DAE mais o comprovante de quitação, pedimos desta maneira que o valor reconhecido e já recolhido seja homologado.

Por tais razões de fato de direito aludidas, e diante de todo o exposto e exaustivamente comprovado, requer seja julgada totalmente procedente a presente, postulando pelo cancelamento parcial da Notificação Fiscal, nos termos de todos os argumentos e provas colacionadas nesta Impugnação.

Na sessão do dia 29 de julho de 2021 da 5ª Junta deste CONSEF, foi aprovada uma solicitação de diligência à Notificante para anexar ao processo, as planilhas e a mídia (CD) que serviram de base para a lavratura da presente Notificação Fiscal, que foi cumprida em 28/03/22.

Embora tenha tido duas oportunidades, a Notificante não se pronunciou sobre as argumentações defensivas apresentadas pelo Notificado.

Intimado para se pronunciar sobre a diligência realizada, o Notificado não se manifestou.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escriturado com o valor histórico de R\$ 7.830,76.

A Notificada na sua defesa argumenta que nesta infração o fiscal incorreu em alguns equívocos ao incluir na sua planilha para a cobrança do ICMS, produtos que estão no Anexo 1 do RICMS/BA, portanto inseridos na Substituição Tributária e que tiveram seus impostos já recolhidos, finalizando a fase de tributação.

Informa também, que foram incluídos na planilha para a cobrança do ICMS, produtos isentos conforme o art. 265 do RICMS/BA como “Fly aipim descascado”; “Fly aipim congelado”; “Fly ameixa kg”, etc.

Diz que, desta forma, refez a planilha do Notificante reconhecendo um débito no valor de R\$ 3.556,65 e faz uma petição reconhecendo o débito e solicitando o DAE para fazer o recolhimento.

Analisando os elementos que compõem o PAF, as planilhas elaboradas pelo Notificante e as planilhas apresentadas pela defesa, constato que existem vários produtos que não cabem cobrança do ICMS, ou por serem produtos sujeitos a substituição tributária e já estão com a tributação encerrada ou por serem produtos inseridos no campo da isenção, que é o caso dos produtos hortifrutícolas.

Conforme pesquisa no Anexo 1 do RICMS/BA, realmente os produtos relacionados pelo Defendente constam no campo da Substituição Tributária e já tiveram o ICMS ST recolhido encerrando a fase de tributação.

Quanto aos produtos Hortifrutícolas como os relacionados pela defesa, são isentas do ICMS conforme art.265, Inciso I, a, do Decreto 13.780/2012 e Convênio ICM 44/75 que aqui transcrevo:

Art. 265. São isentas do ICMS:

I – as saídas internas e interestaduais:

a) desde que não destinadas à industrialização, de produtos hortifrutícolas relacionados no Conv. ICM 44/75, exceto alho, amêndoas, avelãs, castanha da europa e nozes

CONVÊNIO ICM 44/75

Dispõe sobre a isenção de produtos hortifrutigranjeiros.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Política Fazendária, realizada em Brasília, DF, no dia 10 de dezembro de 1975, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira - Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a isentar do ICM as saídas, promovidas por quaisquer estabelecimentos, dos seguintes produtos:

I - Hortifrutícolas em estado natural:

Assim, entendo que a Notificada comprovou que parte dos produtos constantes nas planilhas do Notificante, estão com sua tributação encerrada ou isenta, passando o valor da Notificação Fiscal a ser de R\$ 3.556,55 conforme composição apresentada na planilha abaixo.

Demonstrativo de Débito

| Nº | Ocorrência | Vencimento | Aliq(%) | Base Cálculo | Débito |
|-------|------------|------------|---------|--------------|--------------|
| 1 | 31/01/2018 | 09/02/2018 | 18 | R\$ 1.593,13 | R\$ 286,76 |
| 2 | 28/02/2018 | 09/03/2018 | 18 | R\$ 4.955,97 | R\$ 892,07 |
| 3 | 31/03/2018 | 09/04/2018 | 18 | R\$ 4.716,66 | R\$ 849,00 |
| 4 | 30/04/2018 | 09/05/2018 | 18 | R\$ 2.722,77 | R\$ 490,10 |
| 5 | 31/05/2018 | 09/06/2018 | 18 | R\$ 1.921,82 | R\$ 345,93 |
| 6 | 30/06/2018 | 09/07/2018 | 18 | R\$ 807,40 | R\$ 145,33 |
| 7 | 31/07/2018 | 09/08/2018 | 18 | R\$ 335,55 | R\$ 60,40 |
| 8 | 31/08/2018 | 09/09/2018 | 18 | R\$ 544,51 | R\$ 98,01 |
| 9 | 30/09/2018 | 09/10/2018 | 18 | R\$ 322,86 | R\$ 58,11 |
| 10 | 31/10/2018 | 09/11/2018 | 18 | R\$ 324,35 | R\$ 58,38 |
| 11 | 30/11/2018 | 09/12/2018 | 18 | R\$ 247,11 | R\$ 44,48 |
| 12 | 31/12/2018 | 09/01/2019 | 18 | R\$ 1.267,11 | R\$ 228,08 |
| Total | | | | | R\$ 3.556,65 |

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **281077.0019/20-9**, lavrada contra **ANDRADE ARGOLO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor **R\$ 3.556,65**, acrescido da multa de 60% prevista no inciso II, alínea “a” da Lei 7014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2022

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – /RELATOR

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS - JULGADOR